



Os direitos dos cidadãos

Comemorou-se, no passado dia 9 de Maio o Dia da Europa, dia em que a Comissão Europeia lançou uma abrangente consulta pública em linha, aberta a todos os cidadãos da UE, para auscultar as dificuldades que encontram no exercício dos seus direitos de cidadania da UE. Esta consulta, que estará em linha até Setembro, dará origem a um relatório sobre os direitos dos cidadãos na UE, que servirá como mote para o lançamento do Ano Europeu dos Cidadãos em 2013. Esta consulta é um excelente oportunidade de aproximação

entre os cidadãos da UE e as instituições europeias.

Foi também recentemente publicado um relatório, que revela dados preocupantes sobre a demografia da UE. No mesmo ano em que se comemora o Ano Europeu do Envelhecimento Activo, os números demonstram que a EU está realmente a envelhecer, tendência que se agravará ao longo das próximas décadas. A população da UE deverá aumentar ligeiramente, passando de 502 milhões em 2010 para 517 milhões em 2060, mas paralelamente deverá envelhecer bastante, estimando-se que 30% dos europeus tenham então, pelo menos, 65 anos. Enor-

mes desafios se colocam, sobretudo quando se verifica que existirão menos pessoas em idade de trabalhar. Estima-se que a percentagem dos indivíduos entre os 15 e os 64 anos diminua, passando de 67% para 56%.

Entretanto, os recentes processos eleitorais em França e na Grécia, representam novos desafios para as soluções de combate à crise económica e financeira na UE. Se por um lado, os resultados franceses põem em causa a aliança franco-alemã, por outro lado, os resultados na Grécia—que vai ter de aguardar por novos resultados eleitorais— deixam em suspenso a possibilidade da sua permanência na zona euro.

PÁGINA A PÁGINA

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO EUROPEIA

2

CONSULTA PÚBLICA SOBRE DIREITOS DOS CIDADÃOS

3

EDUCAÇÃO—NOVO RECORD DO PROGRAMA ERASMUS

4

PRESSEUROPE

5



Uma Europa de cabelos grisalhos: é necessário prepararmo-nos

De acordo com o último relatório sobre o envelhecimento na UE, publicado recentemente, o perfil etário dos cidadãos da UE deverá alterar-se consideravelmente nas próximas décadas,

A população da UE deverá aumentar ligeiramente, passando de 502 milhões em 2010 para 517 milhões em 2060, mas paralelamente deverá envelhecer bastante, estimando-se que 30% dos europeus tenham então, pelo menos, 65 anos. O facto de mais pessoas viverem mais tempo é, em si, muito positivo, mas coloca desafios significativos às economias e aos sistemas de assistência social da Europa.

A outra face da moeda é, obviamente, que existirão menos pessoas em idade de trabalhar. Estima-se que a percentagem dos indivíduos entre os 15 e os 64 anos diminua, passando de

67% para 56%. Grosso modo, o número de pessoas em idade activa por reformado passará das actuais quatro para apenas duas pessoas.

Esta evolução demográfica terá consequências consideráveis para as finanças públicas da UE. Com base nas políticas actuais, estima-se que as despesas públicas «exclusivamente» relacionadas com a idade (pensões, cuidados de saúde e cuidados prolongados) aumentem 4,1 pontos percentuais do PNB entre 2010 e 2060, passando de 25% para cerca de 29% do PNB. Só as despesas com as pensões deverão aumentar de 11,3% para quase 13% do PNB até 2060. Todavia, o relatório revela grandes diferenças entre os vários países, dependendo em grande medida dos progressos realizados por cada país a nível da reforma das pensões.

Em resumo, o relatório

confirma a necessidade de uma acção política determinada para fazer face aos desafios decorrentes do envelhecimento da população.

A dimensão e a velocidade do fenómeno do envelhecimento da população dependem da evolução da esperança de vida, da fertilidade e da migração. Estima-se que, em 2060, a esperança de vida à nascença seja de 84,6 anos para os homens e de 89,1 anos para as mulheres (respectivamente, de 76,7 anos e 82,5 anos em 2010). Por sua vez, a taxa de fertilidade da UE deverá registar um pequeno aumento, passando de 1,59 nascimentos por mulher em 2010 para 1,71 em 2060. Por outro lado, estima-se que a migração líquida acumulada para a UE atinja os 60 milhões de pessoas até 2060.

Relatório sobre o Envelhecimento 2012

http://ec.europa.eu/economy_finance/publications/european_economy/2012/pdf/ee2_en.pdf

A UE e o envelhecimento da População

http://ec.europa.eu/economy_finance/structural_reforms/ageing/index_pt.htm

Comissão Europeia lança maior consulta pública de sempre, perguntando aos cidadãos qual deverá ser a agenda futura

A Comissão Europeia convida os cidadãos da UE a ajudarem a definir a agenda política dos próximos anos e a moldar o futuro da Europa através da maior consulta pública de sempre sobre os direitos dos cidadãos. Esta consulta estará aberta durante quatro meses até 9 de setembro, período em que o público será convidado a responder sobre os obstáculos com que os cidadãos da UE se deparam no exercício dos seus direitos, quando viajam na Europa, quando votam ou se candidatam às eleições ou quando fazem compras em linha. Esta ação decorre antes de 2013, o Ano Europeu dos Cidadãos. As respostas recebidas do público vão influenciar directamente a agenda política da Comissão e servir de base para o relatório de 2013 sobre a cidadania da UE, que será apresentado exactamente um ano depois, em 9 de Maio de 2013.

Em 2010, a Comissão Europeia adoptou o primeiro relatório sobre a cidadania europeia, que incluía uma lista de 25 de acções concretas destinadas a resolver os problemas com que se deparam os cidadãos da UE no exercício dos seus direitos. Desde então, a Comissão tem vindo a trabalhar para cumprir as suas promessas:

- Reforçar os direitos de cerca de 75 milhões de vítimas de crimes por ano em toda a UE
- Eliminar a burocracia para 3,5 milhões de pessoas que anualmente registam um automóvel noutro país da UE, o que permitirá economizar 1,5 mil milhões de EUR;
- Proibir os encargos adicionais pela utilização de cartões de crédito e as opções predefinidas para os compradores em linha;

- Reforçar o direito de todos os cidadãos da UE a um julgamento justo, que se aplica a cerca de 8 milhões de processos por ano;
- Clarificar direitos de propriedade dos 16 milhões de casais internacionais existentes na Europa.

Contudo, muitas pessoas continuam a enfrentar obstáculos ao exercício dos seus direitos enquanto cidadãos europeus. Assim, a Comissão quer conhecer os problemas que os cidadãos podem enfrentar quando se deslocam na UE, quer para trabalhar, estudar ou passar férias, quer no exercício dos seus direitos eleitorais ou de consumidores. Além disso, a Comissão quer saber o que os cidadãos esperam da União Europeia até 2020.

Durante os próximos quatro meses (de 9 de Maio a 9 de Setembro de 2012), poderá facilmente ser preenchido em linha um breve questionário: <http://ec.europa.eu/your-rights-your-future>.

Contexto

Graças à cidadania da UE – que não substitui mas complementa a cidadania nacional – todos os nacionais dos 27 Estados-Membros da UE beneficiam de um conjunto de direitos adicionais enquanto cidadãos da UE. Estes direitos incluem a possibilidade de votar e ser eleito nas eleições locais e europeias no país da UE em que vivem, o direito à protecção consular no estrangeiro nas mesmas condições que os nacionais e o direito de dirigir petições ao Parlamento Europeu e queixas ao Provedor de Justiça Europeu, bem como, a partir de 2012, o direito de participar numa iniciativa de cidadania europeia.

A liberdade de circulação é o direito mais precioso inerente à

cidadania da UE. Com efeito, os europeus efectuam mais de mil milhões de viagens por ano dentro da UE e são cada vez mais os europeus que beneficiam do direito de viver noutro Estado-Membro da UE: em 2009, estimava-se em 11,9 milhões o número de cidadãos que residia num Estado-Membro que não o seu; em 2010, este número aumentou para 12,3 milhões. Estes números são muito maiores se tivermos em consideração os cidadãos da UE que atravessam livremente as fronteiras da União por curtos períodos de tempo. Além disso, cerca de 40 milhões fazem compras em linha a partir de outros países europeus.

O Relatório de 2010 sobre a cidadania da União identificou 25 acções concretas que visam eliminar os obstáculos ainda existentes para os cidadãos que exercem o seu direito à livre circulação na UE. Uma destas acções visa reforçar a consciencialização das pessoas relativamente ao seu estatuto de cidadania da UE, aos seus direitos e às implicações que esses direitos têm nas suas vidas quotidianas. Por conseguinte, a Comissão propôs a designação de 2013 como «Ano Europeu dos Cidadãos», com a organização de eventos e o lançamento de iniciativas políticas ligadas à cidadania ao longo de todo o ano.

Durante o Ano Europeu dos Cidadãos em 2013, a Comissão irá publicar um segundo relatório sobre a cidadania da União, que servirá de plano de acção com vista à eliminação dos obstáculos que impedem os europeus de usufruir plenamente os seus direitos de cidadãos da UE.

Mais informação:

Consulta Pública—<http://ec.europa.eu/your-rights-your-future>
Ajuda e Conselhos úteis sobre os direitos enquanto cidadão da UE
http://europa.eu/youreurope/citizens/index_pt.htm

Erasmus bate novo recorde: intercâmbios de estudantes aumentam 8,5%

Vinte e cinco anos após o seu lançamento, o programa Erasmus tornou-se o programa europeu mais conhecido e o mais bem sucedido programa de intercâmbio de estudantes no mundo. Mais de 231 000 estudantes receberam bolsas Erasmus para estudar ou receber formação no estrangeiro durante o ano letivo de 2010-2011 – um novo recorde e um aumento de 8,5% em relação ao ano anterior. Colocando a tónica nas línguas, na adaptabilidade, na sensibilização intercultural e na liderança, o programa Erasmus permite aos jovens desenvolver competências vitais para reforçar a sua empregabilidade e o seu desenvolvimento pessoal. Desde o seu lançamento, em 1987, o programa deu a mais de 2,5 milhões de estudantes europeus a oportunidade de ir para o estrangeiro, quer para estudar numa instituição de ensino superior quer para estagiar numa empresa. Se a tendência actual se mantiver, a União Europeia atingirá o seu objectivo de apoiar três milhões de estudantes Erasmus em 2012-2013.

Os três destinos mais populares para os estudantes em 2010-2011 foram a Espanha, a França e o Reino Unido. A Espanha também enviou o maior número de estudantes para o estrangeiro, seguida pela França e pela Alemanha. O Luxemburgo enviou o maior número de estudantes para o estrangeiro em relação à população de estudantes nacional. O orçamento do programa Erasmus para 2010-2011 dedicado à mobilidade de estudantes e de pessoal foi de cerca de 460 milhões de euros.

«O programa Erasmus, cujas bodas de prata se celebram este ano, é uma das maiores histórias de sucesso da União Europeia. Os números falam por si – e seriam ainda mais elevados se tivéssemos os recursos para responder à procura. Nestes tempos difíceis, as competências adquiridas através dos estudos e estágios Erasmus são mais valiosas do que nunca», declarou Andróulla Vassiliou, a

Comissária Europeia com o pelouro da Educação, Cultura, Multilinguismo e Juventude.

Dos estudantes apoiados em 2010-2011, cerca de 190 000 optaram por passar até 12 meses do seu programa de estudos no estrangeiro, numa universidade ou outra instituição de ensino superior, num dos 32 países que participam no Erasmus (os 27 Estados-Membros da UE e a Croácia, a Islândia, o Liechtenstein, a Noruega e a Turquia. A Suíça tornou-se o 33.º país a aderir ao Erasmus, em 2011-2012). O número de estudantes que optou pela vertente de estudos aumentou 7,2% em comparação com 2009-2010. Os estágios em empresas no estrangeiro são apoiados pelo programa Erasmus desde 2007, sendo cada vez mais populares. Em 2010-2011, um em cada seis estudantes Erasmus – cerca de 41 000 no total – escolheu esta vertente, o que representa um aumento de 15% em relação ao ano anterior.

A procura ultrapassa largamente a disponibilidade de bolsas Erasmus na maior parte dos países participantes. A bolsa Erasmus mensal média, destinada a cobrir uma parte dos custos adicionais decorrentes de viver no estrangeiro e as despesas de deslocação, foi de 250 euros – uma pequena redução em relação ao ano anterior (254 euros), que permitiu a mais estudantes beneficiar do programa.

Além disso, 40 000 bolsas foram atribuídas a professores e outro pessoal universitário para ensinarem ou receberem formação no estrangeiro – mais 13% do que no ano anterior.

Contexto

A mobilidade para fins de aprendizagem é um dos objectivos principais da estratégia Europa 2020 para o crescimento e o emprego, encontrando-se no cerne da iniciativa «Juventude em Movimento» da Comissão, que tem por base o sucesso do programa Erasmus.

Em Setembro do ano passado, a Comissão, na sua estratégia sobre a modernização do ensino superior, destacou a necessidade de proporcionar aos estudantes mais oportunidades para adquirirem competências através do estudo ou da formação no estrangeiro. O objetivo europeu para a mobilidade global dos estudantes é de, pelo menos, 20% até ao final da década. Actualmente, cerca de 10% dos estudantes estudam ou recebem formação no estrangeiro com o apoio do programa Erasmus ou de outros meios públicos ou privados. Cerca de 4,5% recebem uma bolsa Erasmus. O Erasmus não só apoia estudantes e pessoal do ensino superior, mas, através de financiamentos a projetos e redes transnacionais, permite também que as instituições de ensino superior trabalhem em conjunto. O programa Erasmus possibilitou a essas instituições inovar no ensino e melhorou os sistemas de reconhecimento dos períodos de estudo no estrangeiro; além disso, reforçou os serviços de apoio aos estudantes, a cooperação com as empresas e a gestão institucional.

Em Novembro passado, a Comissão apresentou a sua proposta «Erasmus para Todos», um novo programa global que reúne o Erasmus e todos os outros programas da UE e internacionais no domínio da educação, da formação, da juventude e do desporto, e que substitui sete programas existentes por um único. A Comissão propôs um orçamento de 19 mil milhões de euros para o «Erasmus para Todos» em 2014-2020, o que representa um aumento de cerca de 70% em comparação com o actual orçamento de sete anos para os programas existentes. Dois terços do financiamento ao abrigo do «Erasmus para Todos» visam conceder bolsas para reforçar os conhecimentos e as competências. A parte restante será destinada a apoiar a cooperação entre as instituições, as empresas e outras organizações.

A grande coligação europeia



Até agora, não havia quaisquer discussões ideológicas na Europa, por falta de uma verdadeira cultura do debate. Com um Presidente francês e uma chanceler alemã politicamente opostos, a UE bem poderia aprender a discutir e a ressuscitar o interesse dos cidadãos.

A entrada no círculo dos chefes de Estado e de governo europeus permite respirar um pouco melhor. Quando se está ali, no meio de presidentes, chanceleres e primeiros-ministros, estamos no nosso lugar, tivemos sucesso, podemos olhar de alto a oposição no próprio país, o seu espírito medíocre e as críticas. Aqui, partilha-se o abundante bolo do poder. Na ausência de uma verdadeira concorrência no xadrez europeu, os chefes de governo passam por cima dos parlamentos e dos partidos. Puseram de lado a Comissão. É isto que torna o Conselho Europeu tão único – e também tão previsível.

Porque nada privaria mais rapidamente o Conselho do seu poder do que o conflito e um passo atrás. Um homem ou uma mulher de Estado está acima dos ideólogos. Foi por isso que o Conselho reagiu com tamanha perplexidade, quando, por alturas das campanhas eleitorais na Grécia e em França, foi feita de forma banal menção às alternativas desagradáveis perante as quais se encontrava a política europeia, uma vez que o nacionalismo e o populismo foram elevados à categoria de remédios universais: expulsar a Grécia para fora do euro ou permitir a sua permanência na zona da moeda única; distribuir ajudas ou apertar o cinto: aumentar os impostos dos ricos ou revê-los em baixa.

A imaturidade de um continente

Mas então, quem decide pela Europa? Um aparelho institucional incompleto? Se funcionasse melhor, este beneficiaria de uma maior confiança. As questões verdadeiramente

centrais – a legitimidade democrática, a supervisão e o controlo – continuam por resolver. Outras tantas provas da imaturidade do continente.

As instituições nacionais também são demasiado frágeis para aguentarem por si próprias o peso de toda a Europa. O Estado-nação tornou-se demasiado estreito para essa Europa que, no plano comercial, se encontra sujeita, desde há demasiado tempo, às forças da globalização, e que só pode puxar dos seus galões no concerto das potências mundiais se estiver unida.

Há pelo menos dez anos que a Europa luta contra os problemas suscitados pela globalização. A sua primeira reacção imatura foi criar o euro e dotar-se, sem convicção, de um protocolo adicional – o Tratado de Lisboa. O continente não se preparou realmente para as curvas ascendentes e descendentes da globalização, do mercado livre, dos capitais "nómadas" e do livre acesso à informação. É por isso que se torna cada vez maior a tentação de vestir a camisola de patriota e satisfazer a nostalgia do cómodo conforto da nação.

Contudo, o que é feito da estabilidade e da previsibilidade democrática? A situação também não é brilhante – conforme o demonstra o estabelecimento de um pacto orçamental periclitante. É certo que este pretende respeitar todas as soberanias (para que os irlandeses não votem "não" no referendo), mas, em simultâneo, prevê que seja conferido mais poder à Europa.

O despertar dos desejos de ideologia

Quais são os limites da capa-

cidade de consenso da União? A Europa precisará de alternativas, de confrontos, de ideologia? Quando François Hollande se lançou na campanha eleitoral com os seus cavalos de batalha socialistas, a chanceler não foi a única a mostrar o seu desagrado. Seria preciso a crise resultar num confronto em torno do credo político da direita? Estariam mais uma vez de regresso os "camaradas" e as suas ideologias cobertas de pó: os socialistas, os neoliberais, os defensores do controlo estatal e os partidários da redistribuição da riqueza?

Ao despertar os desejos de ideologia, o novo Presidente apontou involuntariamente o dedo àquilo que fazia falta na Europa: a liberdade de escolha, a polarização, o debate democrático – e, portanto, a paixão que leva as pessoas a envolver-se na política. O instinto de François Hollande provou que a paixão permitia vencer eleições.

Mas sejamos prudentes: a Europa não está suficientemente forte para acolher esse debate. Ainda não. François Hollande dar-se-á em breve conta, no seio do clube dos poderosos, de que os grandes problemas que o continente europeu enfrenta requerem grandes coligações. Realista como é, não tardará a tornar-se um mestre do consenso, ao lado da chanceler alemã. Mas, sendo como é também um idealista francês, não deveria abandonar a sua fibra ideológica. Se fossem suficientemente fortes, a Europa e as suas instituições seriam capazes de suportar a virulência política.

Fonte: [Süddeutsche Zeitung](#), in [PRESSEUROPE](#)